

OUTUBRO 2019

6º SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA

RELATÓRIO FINAL

Relatora: Ana Paula de Rezende

02**SUMÁRIO**

Apresentação	3
O Evento.....	4
A Organização	5
. O Público.....	6
Mesa de Abertura.....	9
A Homenagem.....	12
Palestras, Trabalhos Orais e Pôsteres.....	15
Reunião dos Grupos Jurídicos.....	43
Considerações Finais.....	44
Sugestões dos Participantes.....	45
Comissão Organizadora Local.....	46
Patrocinadores.....	47
Material de Divulgação.....	48
.	

Apresentação

O presente documento relata as principais atividades do 6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (6º SNDIJ). Trata-se de instrumento de análise e avaliação dos principais fatos colhidos pela Comissão Organizadora, além de subsídio para o planejamento de novas ações para o desenvolvimento da Biblioteconomia Jurídica brasileira.



04

O EVENTO

O 6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica (SNDIJ) realizou-se no período de 02 e 03 de outubro de 2019, em Vitória, Espírito Santo, no Centro de Convenções – Sala Paneleiras, paralelamente ao XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (XXVIII CBBD).

Assinaram a lista de presença 108 profissionais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, atuantes nas esferas federal, estadual e municipal, bem assim profissionais de organizações da iniciativa privada, além da presença de estrangeiros, provenientes de Angola e dos Estados Unidos.



05

A Organização

O 6º SNDIJ, promovido pelo Grupo Informação e Documentação Jurídicas do Distrito Federal (GIDJ-DF), Grupo de Estudos e Pesquisas em Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão (GIDJ/MA), Grupo de Profissionais de Documentação e Informação Jurídica do Pará (GIDJ-PA), Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro (GIDJ-RJ), Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo (GIDJ/SP), constituiu-se em grande oportunidade para debates de temas atuais e relevantes na área jurídica, bem como para a troca de experiências e o aperfeiçoamento de conhecimentos.



06

O PÚBLICO

A inscrição permitia o acesso ao XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação e aos eventos paralelos. O 6º SNDIJ teve um público flutuante de 108 profissionais.

REGIÃO DE ORIGEM

Em relação à Região de origem dos participantes não houve surpresas, a Região Sudeste, onde foi realizado o evento, teve o maior de número de participantes, logo seguida pela Região Centro Oeste, que fica mais próxima.

Público: região de origem



GRÁFICO 1

Região de e origem dos participantes

07

ESTADO DE ORIGEM

QUADRO 1

Unidade da Federação de origem dos participantes

UF de origem	Quantidade de inscrições
Distrito Federal	26
Rio de Janeiro	15
Espírito Santo	13
São Paulo	10
Minas Gerais	7
BA,MA,PR,	4 cada
GO, TO	3 cada
AP, PA, PI, PE	2 cada
RS, PB, RO	1 cada
Não informado	1

Analisando mais especificamente a origem dos profissionais que assistiram às palestras apresentadas no SNDIJ, é possível verificar que o maior número de participantes são do Distrito Federal com 26 participantes, seguido do Rio de Janeiro com 15 presenças, número maior que o Espírito Santo que sediou o evento, com 13 profissionais.

EMPREGADOR DOS PARTICIPANTES

Empregador dos participantes



GRÁFICO 2

Empregador dos participantes

Considerando o empregador, foi constatado que 95 eram bibliotecários de instituições públicas e nove profissionais pertencentes a instituições privadas ou autônomos e quatro não informaram o vínculo empregatício.

09

MESA DE ABERTURA

Edilenice Passos e Rubeniki Fernandes de Limas

Edilenice Passos - Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília. Editora do periódico Cadernos de Informação Jurídica.

Rubeniki Fernandes de Limas - Mestre em Ciência da Informação - UFMG (2015). Pós-graduação em Gestão Empresarial Faculdade Multivix, Vitória-ES (2018). Graduado em biblioteconomia - Escola de Ciência da Informação (ECI) UFMG (2010). Atual analista em biblioteconomia do Ministério Público Federal no Espírito Santo. Graduando de direito na Faculdade Doctum - Vitória-ES.

10

DISCURSOS DE ABERTURA

Rubeniki Fernandes de Limas comentou sobre o retorno do CBBB ao Estado, falou sobre a riqueza do evento, com participantes de todo país. Parabenizou os 65 anos do CBBB que faz este intercâmbio profissional e a FEBAB pelos 60 anos, que incentiva a profissão em meio a tantas dificuldades, e da importância de conhecer seu trabalho e assim admirá-la e respeitá-la muito mais. E relembrou as palavras da Adriana Ferrari sobre a importância de associar-se. Agradeceu à Comissão Nacional, a Comissão Local, à ABDF, na pessoa de Edilenice Passos, aos grupos de profissionais de Documentação e Informação Jurídica dos estados do Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará, ao Ministério Público Federal no Espírito Santo que o apoiou para participar da comissão de organização e principalmente pelo apoio da Vlex e Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo, destacando sempre que o evento é uma realização conjunta. Por fim, agradece a todos presentes, os autores de trabalho que se dispuseram em compartilhar seus conhecimentos.

DISCURSOS DE ABERTURA

Edilenice Passos inicia sua fala reafirmando sua crença na importância dos congressos e seminários ao favorecerem o encontro e atualização dos profissionais. Ironiza ao dizer que traz uma novidade para compartilhar: “O mundo está em transformação”. Acrescenta: “nós bibliotecários estamos pelo menos 40 anos atrasados para nos prepararmos para esse futuro. O mundo em processo acelerado de mudanças e os bibliotecários tocando violino, como uma cena do filme Titanic. Este é o momento para se pensar, aprender e voltar diferente para casa e que tenhamos uma percepção do futuro que queremos”. Faz uma reflexão sobre os fechamentos e criação de postos de trabalho, não só em nossa área, mas na do Direito, medicina e cita uma frase que ouviu e que a tocou “Se você trabalha como um robô, você será substituído por um robô.” Se continuarmos a ter a mesma percepção e enfrentamento da realidade que temos tido até hoje, poderemos ser substituídos facilmente. Sugere que os ouvintes retornem conscientes que a Biblioteconomia precisa ser diferente, tenham compreensão sobre nossa obrigação com a próxima geração, de manter e abrir novos postos de trabalho. Agradece a comissão de organização e comissão local que trabalhou tão bravamente para a realização do Seminário e a presença de todos. Por fim, dá boas vindas a todos os participantes.

Aneti Maria de Barros

Bibliotecária jurídica homenageada em 2019.



Homenagear um bibliotecário jurídico é costume mantido desde a 1ª edição dos SNDIJ. Preferencialmente, um profissional que tenha realizado um trabalho relevante no Estado do evento, neste ano no Espírito Santo.

A HOMENAGEM

13

DISCURSO EM HOMENAGEM À ANETI MARIA DE BARROS

É um prazer e uma honra poder homenagear esta amiga de profissão que tanto tem feito pela Biblioteconomia e a Documentação no Estado do Espírito Santo.

Aneti Maria de Barros começou a sua vida profissional, em 1979, na Faculdades Integradas Espírito-Santenses (FAESA). No ano seguinte, concluiu o curso de Biblioteconomia na Universidade Federal do Espírito Santo. Em 1981, concluiu o curso de especialização em Administração de Sistemas de Informação na Universidade Católica de Brasília. Foi aprovada no concurso para bibliotecária na Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo (1982). Foi a primeira presidente eleita do CRB12, e possui o registro profissional número 001. Sempre atuante, foi secretária-geral do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia em sua edição na cidade de Vitória (ES), em 1985. Teve participação preponderante no Levantamento Bibliográfico Projeto ES Século XXI, onde foi coordenadora dos trabalhos, que começaram em 1986 e culminou com a sua publicação em 1991. Merecidamente, recebeu o prêmio anual da Associação dos Bibliotecários do Espírito Santo, em 1986.



14

DISCURSO EM HOMENAGEM À ANETI MARIA DE BARROS

Também atuou como bibliotecária do Tribunal de Contas do Espírito Santo, e coordenou o Sistema Nacional de Nascimento (SINASC), na Secretaria de Saúde (ES). Avesa à inércia profissional foi aprovada no concurso público do Poder Judiciário Federal/TRE, posteriormente tornou-se membro da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral e continua atuante como bibliotecária do Tribunal Regional Eleitoral – ES. Nas atividades paralelas, ainda atuou como Secretária Geral do Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e secretária geral da 46ª Reunião Anual da SBPC, ocorrido na UFES. Obrigado por ser uma inspiração para todos nós e por nos mostrar que sempre podemos ir além. O seu empenho e sua paixão pelo trabalho nos motivam a querer chegar cada vez mais longe. Somos gratos pela sua dedicação e por manter uma postura positiva, mesmo frente aos desafios impostos na profissão. O orgulho que você tem pelo trabalho é verdadeiramente inspirador para todos nós. Obrigado pela sua dedicação e empenho!

Rubeniki Fernandes Limas



PALESTRAS, TRABALHOS ORAIS E PÔSTERES

Nos dois dias de realização do 6º SNDIJ, foram apresentados cinco trabalhos orais, cinco pôsteres e nove palestras, além da apresentação dos relatórios de quatro grupos de documentação e informação jurídicas.



ASPECTOS JURÍDICOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Larissa Melo Bezerra de Oliveira

A Revolução 4.0 é caracterizada pela conectividade, inteligência artificial, BigData, realidade aumentada, internet das coisas e robôs autônomos. Iniciou com a exibição de trecho de um documentário, Privacidade hackeada, sobre o caso Cambridge Analytica, que utilizou indevidamente dados pessoais. A mercadoria atual são os dados pessoais das pessoas, mas existem abusos na coleta e uso da informação pessoal. O Direito europeu mais consolidado, já impôs multas a grandes empresas por violação. No Brasil, a lei é recente e só entrará em vigor em 14 de agosto de 2020. Causará impactos no tratamento de dados pessoais de todos os residentes no Brasil. Entretanto, ainda existem dúvidas sobre quem deveria assumir o papel de DPO (Data Protection Officer) nas organizações e como implementar um programa de privacidade. O desafio é equilibrar o avanço da inovação com a privacidade dos clientes, funcionários e cidadãos. No final, fez uma reflexão sobre o papel do profissional da Ciência da Informação que deve assumir a competência do DPO, pois cuida do tratamento da informação.

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2008), graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2010) e mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (2015). Foi Coordenadora de Biblioteca e Pesquisa do Ministério Público Federal e gestora da Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (2016-2018). Atualmente é doutoranda do programa de Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) da Universidade do Porto em parceria com a Universidade de Aveiro, atuando principalmente nos seguintes temas: direito autoral, acesso aberto, plataformas digitais e proteção de dados pessoais.

17

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: PRIVACIDADE, TRATAMENTO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Mauro César Sobrinho

O Governo digital trouxe o aumento da eficiência da administração pública, modificou as relações entre os cidadãos e seus governos, ampliou os mecanismos de transparência e cobrança aos governantes, reduziu custos e melhorou a experiência do cidadão. Entretanto quanto mais amplo são os serviços digitais, mais aumenta a exposição às ameaças. O palestrante mostrou que as ameaças são ataques originados por hackers, tendo como principais alvos o governo e o setor hospitalar. Na sua maioria, as finalidades das ameaças são para obter vantagens financeiras, vingança ou ainda competição entre hackers. Os incidentes de segurança e vazamentos de informação não são uma questão de “Se”, mas de “Quando”. Portanto, organizações e mesmo as pessoas devem estar preparadas. Ao final, o palestrante repassou algumas atitudes que devem ser tomadas para manter a segurança de telefones celulares e notebooks.

Possui mestrado em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília (2003), pós-graduado em computação forense (2018). Foi professor titular do Centro Universitário Euro-Americano e IESB durante 15 anos, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança da informação, redes e sistemas operacionais. Atualmente é professor e coordenado do curso de Pós-Graduação em Governança de TIC pela Escola do Ministério Público da União. É Secretário Nacional de Tecnologia, Informação e Comunicação do Ministério Público Federal desde 2010.

18

PROMOÇÃO DE MUDANÇAS E EQUIPAMENTOS PARA PERMITIR A PLENA ACESSIBILIDADE NA BIBLIOTECA DO TRF DA 2ª REGIÃO

Debora Cordeiro da Costa

Os objetivos do Projeto Biblioteca Acessível no TRF2 foram: garantir que pessoas com deficiência tenham um pleno acesso ao acervo bibliográfico e aos serviços oferecidos na biblioteca do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – TRF2; auxiliar na inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em 2008, a Biblioteca do TRF2 tendo em vista a função social das bibliotecas iniciou contato com Senado Federal objetivando a criação de uma Sala com recursos de acessibilidade. Mas, a partir de 2009, visando a atender a Recomendação nº 27, de 2009, do CNJ sobre acessibilidade no Poder Judiciário, o TRF2 investiu em um Projeto de acessibilidade direcionamento verbas, para o planejamento e execução de obras, para o fiel e integral cumprimento das exigências legais quanto à acessibilidade em suas dependências e, também, no que concerne à comunicação com o público interno e externo. Foi neste ano que a Biblioteca foi inserida no projeto estratégico do Tribunal.

É Tecnóloga em Administração Pública, possui graduação pela Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul e pós-graduação: Especialização em Biblioteconomia e Bibliotecas Escolares – Universidade Cândido Mendes – UCAM e atualmente é Coordenadora da Biblioteca Jurídica do TRF2.

Ações desenvolvidas para atingir os objetivos foram: na área de capacitação: contratação de treinamentos específicos para o atendimento às pessoas com deficiências em bibliotecas. No tocante à tecnologia assistiva: licitação para a organização de um telecentro acessível. Em relação ao acervo bibliográfico: aquisição de áudio-livros, e-books e bases de dados acessíveis. No que diz respeito aos espaços físicos e móveis: as dependências da Biblioteca foram adaptadas para atender a norma de acessibilidade NBR9050, de modo a adequar um espaço, em suas dependências, para comportar os equipamentos e promover a mobilidade dos usuários com deficiência, através da instalação de um balcão acessível e com área livre para a manobra de cadeira de rodas, colocação de piso tátil e banheiros acessíveis. Os resultados: 1) Inauguração de um telecentro acessível na Biblioteca do TRF2 em 2010; 2) Disponibilização de aproximadamente oitenta mil itens do acervo bibliográfico jurídico para os usuários com deficiência por meio da utilização de tecnologia assistiva, principalmente, os softwares leitores de tela e os aparelhos de digitalização e leitura; 3) Contratação de estagiários de segundo grau e terceiro grau com deficiências variadas; 4) Reconhecimento por meio do convite para a participação no Projeto Diálogos para Inclusão, projeto premiado pelo Programa Ibero Americano de bibliotecas públicas, chancelado pela UNESCO, a convite do Instituto Diversitas Soluções Inclusivas.

20

A TECNOLOGIA APLICADA À PESQUISA JURÍDICA: BENEFÍCIOS E DESAFIOS NA ERA DO BIG DATA

Leonardo Oliveira

Documento jurídico é considerado documento vivo, pois se modifica rapidamente. A documentação jurídica apresenta algumas dificuldades, tais como: multiplicidade de normas sobre o mesmo assunto, imperfeições legísticas e a constante necessidade de alterações. O aumento do caos documental jurídico é causado pela enorme quantidade de normas jurídicas (mais de 4 milhões de normas editadas desde a Constituição Federal de 1998 até 2014); em 2018, foram abertos 20,6 milhões de casos por meio eletrônico no Poder Judiciário. O BigData, expressão cunhada por cientistas da NASA, em 1997, é termo abrangente para qualquer coleção de conjuntos de dados tão grandes e complexos que se torna difícil processar usando ferramentas de gerenciamento de dados disponíveis ou aplicativos tradicionais de processamento de dados. A informação jurídica digital atualmente está dispersa, muitas vezes restrita ao órgão de origem; sem tratamento adequado; sem relacionamento entre si e com fontes externas; disponível em ambientes não atrativos/interativos que não tiveram planejamento prévio e sem foco no usuário.

Gestor de conteúdos da vLex Informação Jurídica Inteligente. Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília e Especialista em Sistemas de Informação pela Universidade Católica de Brasília. Possui experiência em bibliotecas digitais, gestão e desenvolvimento de coleções digitais e atua na linha de pesquisa "Organização da Informação", com interesse em áreas que envolvem o tratamento e a recuperação de informação.

21

Felizmente, algumas iniciativas surgiram ou estão surgindo para diminuir o caos informacional na área jurídica, como o Lexml, BDJUR, RVBI, JusLaboris, vLex, Grupos de pesquisa específicos, entre outros. A seguir foi demonstrada a vLex, que possui várias funcionalidades que podem auxiliar as pesquisas: 1) interligação entre documentos; 2) tecnologia aplicada ao Direito: todas as versões de uma determinada norma jurídica; 3) recursos de cor que mostram as alterações; 4) possibilidade da tradução para qualquer documento em 14 idiomas. E o robô Vicent, um assistente jurídico virtual que, por meio da Inteligência Artificial e tecnologia de aprendizagem de máquina, encontra citações, os documentos citados e os conceitos mais relevantes em qualquer documento jurídico. O palestrante realçou o papel da biblioteca jurídica, classificando-o com fundamental, pois tem como objetivo principal oferecer à comunidade, recursos e acesso à informação e ao conhecimento no contexto em que atuam; e para se manterem ativas e continuarem a ter um papel estratégico dentro da organização, é importante que estejam preparadas para enfrentar as mudanças e aperfeiçoar as áreas de comunicação e informação, utilizando e oferecendo produtos que agregam valor à pesquisa e ao usuário final. O bibliotecário deve atuar como intermediador, pois o usuário final não dispõe de conhecimento, tempo e/ou recursos financeiros para utilizar as soluções e produtos disponíveis, assim, o bibliotecário deve intermediar desde a escolha adequada do produto, da estratégia e do modelo de catalogação, e deve estar atento às novas tecnologias, oferecendo soluções inovadoras para seu público-alvo, conhecer o comportamento do seu usuário, investir em marketing e trabalhar em conjunto com profissionais de outras áreas para ampliar o escopo de atuação da biblioteca e a qualidade dos serviços oferecidos.

22

A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM INSTITUIÇÕES EM SÃO LUÍS, MARANHÃO: PERCURSOS E DEMANDAS PROFISSIONAIS

Leoneide Maria Brito Martins

A questão problema que orientou o trabalho buscou descobrir como os bibliotecários construíram suas competências profissionais para atuarem nas unidades de informação jurídica, face às demandas específicas da área e aos desafios da contemporaneidade. A pesquisa de campo foi desenvolvida em três etapas: 1) mapeamento das instituições jurídicas em São Luís (MA) e identificação dos bibliotecários que atuam nas unidades de informação, a partir dos dados da atualização cadastral realizada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia – 13ª Região (CRB13); 2) aplicação de questionários junto aos bibliotecários jurídicos para identificar e analisar as informações sobre sua atuação profissional; 3) identificação do nível de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados pelos bibliotecários jurídicos. Os resultados parciais mostraram: 1) Evidenciou-se que há uma lacuna nos currículos dos Cursos de Biblioteconomia, dada a inexistência de conteúdos/disciplinas voltados para a área de informação e documentação jurídicas;

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1990), Especialização em Leitura e Formação de Leitores (2001), aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior (1994) pela UFMA, Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (1998) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Marília). Em março de 2017, concluiu o Curso de Especialização em Gestão Pública, pela UFMA. É professora Associada da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Analista Judiciária - Bibliotecária no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, lotada na Coordenação de Biblioteca e Arquivo/Arquivo Judiciário "Des. Milson Coutinho". A partir de janeiro de 2015, integra o Conselho Regional de Biblioteconomia-13ª Região/Maranhão, na qualidade de Presidente do Conselho de Classe.

2) Ressalta-se que a formação continuada a partir das demandas profissionais, seja ofertada pela instituição ou por iniciativa dos bibliotecários, é a forma mais efetiva para qualificação e atualização profissionais na área jurídica, fundamentais para o desenvolvimento de boas práticas no âmbito das unidades de informação. 3) Há que se destacar o processo de educação continuada dos bibliotecários jurídicos com participação em cursos e eventos profissionais como aspecto significativo que favorece a atualização na área de Informação e Documentação Jurídicas, ressaltando a importância das Escolas Judiciais como agências formadoras e da UFMA, assim como a troca de experiências em eventos especializados da área, a exemplo do SEDIJUR/MA, do SNDIJ e do EBJUT. Quanto aos desafios das práticas bibliotecárias na área jurídica, que interferem na qualidade da prestação de serviços, os bibliotecários informaram que os avanços das tecnologias de informação e o uso de softwares especializados constituem os maiores desafios para o profissional que precisa se apropriar desses conhecimentos, bem como a necessidade de interagir com outros profissionais de áreas afins. Outro ponto importante na conjuntura contemporânea está relacionado à importância das bibliotecas e dos centros de documentação e memória institucional para o atendimento às exigências da Lei de Acesso à Informação (LAI), o que eleva o papel dos bibliotecários nesse processo de tratamento, organização, preservação e disseminação da informação e da documentação jurídicas para garantir o princípio da transparência pública.

24

BENCHMARKING EM PERIÓDICOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Anastácia de Freitas Oliveira

A Revista do TRT-10 tem como foco principal a área do Direito do Trabalho e seu objetivo é promover a divulgação da produção intelectual de profissionais e acadêmicos de direito e áreas afins e o público alvo são magistrados, advogados, especialistas, pesquisadores e estudantes. O processo de *benchmarking* iniciou-se no ano de 2015, onde a periodicidade da Revista foi retomada. Na autoavaliação percebeu-se a necessidade da elaboração de uma identidade visual e padronização em todas as edições. Desde esse ano, a revista conta com a colaboração de *webdesigner* que edita a publicação no *software* InDesign. A gestão do processo editorial passou a ser exercida pela autora deste relato no ano de 2016. Ainda na autoavaliação foi identificada a necessidade de um veículo de divulgação mais eficaz, uma vez que apenas a disponibilização em arquivo .pdf do volume não permitia a realização de buscas ou qualquer interação com o texto.

É bibliotecária no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Mestranda em Ciência da Informação na Universidade de Brasília. Tem experiência em indexação e resumos de artigos jurídicos; editoração de revista eletrônica e desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais.

25

Partiu-se então para a análise comparativa, onde foi elaborada uma tabela com todas as revistas dos Tribunais Regionais do Trabalho e avaliado o meio de divulgação e *software* utilizado. Em seguida, foram pontuadas as vantagens e desvantagens de cada *software*, culminando na escolha do SEER, em 2016. A partir do monitoramento das estatísticas da revista por meio do Google Analytics e do ISSUU foi possível observar que as mudanças realizadas contribuíram para o aumento da visibilidade da Revista do TRT-10. Por esse motivo, espera-se adotar a técnica de *benchmarking* para aprimorar a cientificidade da revista e, conseqüentemente, melhorar o processo editorial baseando-se nas boas práticas dos demais periódicos. O fato de a gestão da editoração da revista ser realizada por uma bibliotecária contribuiu para promover a imagem do bibliotecário para além do guardião do espaço de leitura e empréstimo de livros. Outra vantagem foi a economicidade na escolha dos *softwares*, uma vez que o SEER e o ISSUU são gratuitos. Com a experiência, foi possível observar que a técnica de *benchmarking* é válida na aplicação em diversos contextos, inclusive nos processos da biblioteca.

26

DISCURSO JURÍDICO E AS FORMAS DOCUMENTAIS: CATEGORIAS DE DOCUMENTO JURÍDICO E A TEORIA DO FATO JURÍDICO

Eduardo Watanabe

Os estudos sobre informações jurídicas na Ciência da Informação ainda apresentam dificuldades para lidar com a complexidade do discurso jurídico. O objetivo geral deste trabalho consiste em comparar e articular os diferentes enfoques adotados na literatura especializada de Biblioteconomia, Documentação Jurídica, Ciência da Informação e Direito. O método de pesquisa utilizado consistiu em pesquisa documental com a análise qualitativa dos documentos que relacionaram conceitos relativos a modalidades de discurso jurídico, categorias de documento jurídico, fontes de informação jurídica, categorias de espécies documentais e a Teoria do Fato Jurídico. O resultado da pesquisa identificou lacunas para a representação de informações do Direito na perspectiva da Teoria do Fato Jurídico. Foi proposto o aperfeiçoamento da definição de documento jurídico e a criação de duas novas categorias de documentos jurídicos.

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2019), Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (2001) e Especialista em Direito e Processo do Trabalho (2007). É Advogado da União desde 2003 e ocupa o cargo de Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica da Advocacia-Geral da União (AGU).

O palestrante considera que as formas documentais devem representar as informações jurídicas de acordo com o sistema jurídico vigente, sob pena de haver um descompasso entre o que as normas jurídicas prescrevem e o que os documentos representam em termos de informações. Nesse contexto, é proposta a seguinte definição de documento jurídico: é o documento textual produzido com observância da lei em esfera pública ou privada, que se constitui no próprio ato ou negócio jurídico, ou, ainda, em registro que produza efeitos jurídicos, ou estudo de fato jurídico lato sensu, cuja produção e forma textual variam em função de sua finalidade, conteúdo e contexto de produção. A partir da ampliação do conceito de documento jurídico, são propostas as novas categorias de Atos postulatórios (requerimentos, recursos, etc.) e Atos unilaterais de disposição de vontade (reconhecimento de paternidade, renúncia a herança, etc.) para compor ao lado das categorias de documento jurídico definidas por Simone Torres de Souza: Ato legal, Ato administrativo, Ato judicial, Ato negocial, Ato notarial e de registro e Doutrina jurídica.

28

O USO DO FACEBOOK COMO ESTRATÉGIA DE *MARKETING* PARA PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: ESTUDO DE CASO DE SUBGRUPO DE DIVULGAÇÃO E *MARKETING* DO GIDJ-DF

José Ronaldo Vieira*

Raffaella Carine Montereii**

Discorre acerca da utilização das redes sociais para o compartilhamento de informações e a divulgação das ações do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas do Distrito Federal (GIDJ-DF), da Associação de Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal (ABDF). Para o cumprimento de suas ações, o GIDJ-DF estabeleceu o uso de dois canais de divulgação em redes sociais, o Facebook e Instagram, tendo suas atividades iniciadas em 8 de dezembro de 2018. A página do Facebook foi selecionada para realização desse trabalho, porque foi o canal com maior envolvimento dos usuários. O objetivo geral foi analisar as publicações do GIDJ-DF. Os resultados mostraram: 1) A página alcançou 36.744 pessoas e envolvimento de 5.191 usuários com as publicações da página; 2) verificou-se que há um maior interesse dos usuários nos assuntos “cursos” e “notícias” sobre o GIDJ-DF. A partir da análise dos dados obtidos pelo Facebook, é possível planejar novas estratégias de divulgação que permitam um melhor direcionamento das postagens do Grupo para o seu público-alvo.

*Especialista em Gestão do Conhecimento. Graduado em Biblioteconomia. Bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça e Coordenador do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas do DF - GIDJ-DF.

**Bacharel em Biblioteconomia (2010) e Letras-Tradução Espanhol (2019) pela Universidade de Brasília. É analista judiciário apoio especializado em biblioteconomia do Superior Tribunal de Justiça. Integrante do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas do Distrito Federal (GIDJ-DF) e tradutora voluntária da Revista Comunicar.

29

ONDE ESTÁ LEI?: MAPEAMENTO DOS ACERVOS DE LEGISLAÇÃO DOS ÓRGÃOS JURÍDICOS DO ESTADO DO RIO JANEIRO

José Gustavo Moura Corrêa

Caracteriza a informação jurídica como informação pública de interesse social da população, sobretudo em suas manifestações de legislação e jurisprudência. Tendo em vista seu caráter público, apresenta o Estado como tendo o dever de disponibilizar ao cidadão informação legislativa. Mapeia o acervo de instituições jurídicas representativas dos três poderes da esfera estadual e instituições independentes, sendo elas: Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ), Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), Tribunal de Justiça do Estado (TJ-RJ), Ministério Público do Estado (MPE-RJ) e Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE-RJ). O levantamento mostrou que todas as instituições pesquisadas se mostraram mantenedoras de coleções de legislação, possuem acervos bem conservados favorecendo a digitalização e o acesso do cidadão ao material; respondentes oferecem serviços na internet; em geral nas instituições respondentes são bibliotecários que são responsáveis pelo tratamento da informação jurídica; legislação histórica é muito utilizada, mas os serviços na internet retroagem até 1975 (criação do Estado do Rio de Janeiro).

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Gestão de Documentos Jurídicos pela Faculdade Unyleya. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelo Convênio IBICT/UFRJ. Bibliotecário da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - PGE-RJ. Diretor do Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídicas do Estado do Rio de Janeiro — GIDJ/RJ.

30

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DO AMBIENTE DIGITAL

Claudia Maria P. de A. Pecegueiro*

Larissa Silva Cordeiro**

O estudo abordou o acesso à informação no ambiente digital, na perspectiva da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), com o objetivo geral de analisar se os portais das universidades pesquisadas estão conforme a determinação da LAI. De modo comparativo, no que se refere aos requisitos referentes à divulgação da informação, a UFMA e a UEMA parecem estar em pé de igualdade, já que as duas IES necessitam dar mais visibilidade às questões de ordem financeira e licitatória. Acerca do cumprimento dos requisitos necessários para os portais *online*, constatou-se uma carência no portal da UEMA quanto à exigência de fornecer acessibilidade para pessoas com deficiência. Já a UFMA cumpre totalmente esse requisito, pois a mesma segue as diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. Ademais, identificou-se também que ambas as instituições precisam adequar seus portais ao requisito da gravação de relatórios, visto que duas não cumprem essa exigência na sua totalidade. No mais, percebe-se que, dentro da análise realizada, as instituições procuram cumprir os requisitos estabelecidos pela LAI.

*Professora da Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Ciência da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção (2011), Mestre em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (2001), Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1988). Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

**Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão.

31

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL E ANGOLA: A BIBLIOTECA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL INTERNACIONALIZANDO SUA PRÁTICA DE TRABALHO

Talita Daemon James*

Luiza Gallo Pestano**

O relato de experiência tratou do acordo de cooperação internacional realizado entre o Supremo Tribunal Federal do Brasil e o Tribunal Constitucional de Angola, no contexto de suas bibliotecas. As atividades práticas que deram início à consolidação deste acordo de cooperação internacional ocorreram no Tribunal Constitucional de Angola, entre 05 e 14 de fevereiro de 2019, e incluíram a realização de dois colóquios (um para juízes de tribunais superiores e procuradores gerais da república, e outro aberto à comunidade bibliotecária, arquivística e museóloga de Angola) bem como sete atividades de formação, além de reuniões de trabalho com autoridades do Tribunal Constitucional de Angola.

*Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos. Especialista em Gestão do Conhecimento pela AVM Faculdades Integradas (2014). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2006). Atualmente é bibliotecária do Supremo Tribunal Federal. Tem experiência na áreas de Gestão da Qualidade e Gestão do Conhecimento. Ministra aulas para concursos públicos pelo preparatório Santa Biblioteconomia.

**Especialista em Gestão do Conhecimento da Informação e Documentação pelo Instituto Blaise Pascal (2007). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997) e em História pela Universidade Católica de Pelotas (1989). Atualmente é bibliotecária do Supremo Tribunal Federal. Tem experiência nas áreas de Gestão da Informação e Avaliação de Obras Raras.

32

CONTROLE DE MODIFICAÇÕES DE
ATOS ADMINISTRATIVOS
NORMATIVOS

José Ronaldo Vieira*
Najla Bastos de Melo**
Raffaella Carine Monterei***

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui uma base de atos administrativos normativos, ou atos normativos internos, com mais 3.000 itens, segundo dados de abril de 2019, obtidos do sistema, que incluem atos publicados no Diário Oficial da União, Diário da Justiça e Boletim de Serviço do STJ. As normas estão disponíveis na Biblioteca Digital Jurídica – BDJur e podem ser acessadas pelo público interno do STJ e também pelo público externo, exceto os atos de natureza restrita, definidos pela Instrução Normativa STJ/GP nº 12, de 12 de agosto de 2015. A gestão dos atos normativos internos é de responsabilidade da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do STJ, especificamente da Seção de Biblioteca Digital. As informações que visam indicar as modificações ocorridas nas normas são incluídas: a) nos campos de descrição, ou metadados; b) no próprio texto da norma; c) e na página de resultados da pesquisa. Os procedimentos utilizados para a gestão das normas são realizados por profissionais dessa unidade no software DSpace, em uso na BDJur. Os procedimentos adotados pelo STJ na gestão de suas normas jurídicas proporcionam aos usuários mais agilidade na consulta aos textos vigentes das normas.

*Especialista em Gestão do Conhecimento. Graduado em Biblioteconomia. Bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça e Coordenador do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas do DF - GIDJ-DF.

**Bibliotecária no Superior Tribunal de Justiça, especialista em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação pela Universidade Metropolitana de Santos – Unimes e licenciada em Letras Português pela Universidade de Brasília – UnB.

***Bacharel em Biblioteconomia (2010) e Letras-Tradução Espanhol (2019) pela Universidade de Brasília. É analista judiciário apoio especializado em biblioteconomia do Superior Tribunal de Justiça. Integrante do Grupo de Informação de Documentação Jurídicas do Distrito Federal (GIDJ-DF) e tradutora voluntária da Revista Comunicar.

33

EDUCAÇÃO CORPORATIVA E A
BIBLIOTECA DIGITAL DO STJ

Najla Bastos de Melo*

José Ronaldo Vieira**

Raffaella Carine Monterei***

Maria de Lourdes da Costa e Silva****

No ano de 2018, o Superior Tribunal de Justiça - STJ criou a Escola Corporativa - ECORP cuja atribuição é promover o desenvolvimento dos servidores em competências que ajudam o STJ a prestar melhores serviços à sociedade. A aprendizagem contínua é um dos valores institucionais do Superior Tribunal de Justiça - STJ e é definida como a ação responsável pelo desenvolvimento continuado a fim de alcançar o crescimento pessoal e profissional contribuindo assim para o desempenho organizacional. A ECORP atua nas seguintes áreas: competências administrativas, competências gerais e valores, competências gerenciais, competências jurídicas, educação à distância, gestão por competências, formação avançada e programa de bolsas, avaliação e desempenho. A ECORP direciona suas ações de capacitação pela Árvore do Saber Corporativo, em 2019, incluiu 17 áreas, entre elas a jurídica, documentação, gerencial, gestão de pessoas, segurança, tecnologia de informação, apoio à cidadania.

*Bibliotecária no Superior Tribunal de Justiça, especialista em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação pela Universidade Metropolitana de Santos - Unimes e licenciada em Letras Português pela Universidade de Brasília - UnB.

**Especialista em Gestão do Conhecimento. Graduado em Biblioteconomia. Bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça e Coordenador do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas do DF - GIDJ-DF.

***Bacharel em Biblioteconomia (2010) e Letras-Tradução Espanhol (2019) pela Universidade de Brasília. É analista judiciário apoio especializado em biblioteconomia do Superior Tribunal de Justiça. Integrante do Grupo de Informação de Documentação Jurídicas do Distrito Federal (GIDJ-DF) e tradutora voluntária da Revista Comunicar.

****Mestre em Design e Tecnologia pela Parsons School of Design, Nova York, NY, EUA. Bacharel em Comunicação Social, especialidade: Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Licenciada em Artes pela Universidade de Brasília - UNB. Servidora Pública especializada em desenvolvimento de projetos.

34

Cada ramo da árvore corresponde a uma área do conhecimento a ser desenvolvida pelo STJ. E, dessa forma, cada área dá origem a uma coleção específica dentro do repositório digital na BDJur, o BEDUC, que é um repositório digital de conteúdos, ações educacionais e boas práticas que visam apoiar o desenvolvimento das competências e valores da comunidade do STJ. Participar desse processo é uma excelente oportunidade de a Biblioteca atuar em parceria com outras unidades do tribunal. Além da visibilidade que essa ação traz para a Biblioteca, trabalhar com a educação corporativa em uma de suas etapas é uma forma de realizar a gestão do conhecimento, algo precioso para as instituições.

35

IMPLANTAÇÃO DO DIÁRIO ELETRÔNICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Marilene Mendes Sow

Apresentou as etapas de modernização do processo de publicação do Diário da Câmara dos Deputados (DCD), órgão oficial de divulgação dos trabalhos legislativos, realizado pela equipe da Secretaria-Geral da Mesa em parceria com o Senado Federal. Com a reestruturação do processo interno de produção do DCD é indubitável que as modificações tecnológicas introduzidas na formatação doravante em Portable Document Format (PDF) resultou em sensíveis ganhos de produtividade em mão de obra e reduziu o atraso na editoração e disponibilização para o público. Constatou-se uma economia de custos de R\$ 340.000,00 (trezentos quarenta mil reais), com o encerramento do Convênio entre a Câmara dos Deputados e a Gráfica do Senado Federal para impressão de publicações oficiais. Os resultados proporcionaram um padrão elevado de qualidade e confiabilidade, de praticidade e de agilidade na disponibilização das informações veiculadas pelo DCD. Atualmente entre a liberação dos documentos pelos órgãos legislativos produtores da informação legislativa e a geração da publicação oficial para consulta ao cidadão é de 3 dias. Percebe-se um intervalo bem menor que ao anterior de 90 (noventa) dias.

*Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1988) e mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (1999), Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (2009) e Arquitetura da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – 2013). Atualmente é analista de informação técnico documentação – Câmara dos Deputados.

36

DE PORTAS ABERTAS VINTE AÇÕES DA BMJVS POR UM ACESSO DEMOCRÁTICO

Thiago Cirne

O autor partiu de três questionamentos: 1) como unidade de informação jurídica, quais são as contribuições da BMJVS para um acesso democrático? 2) Quais ações da PGE-RJ podem gerar um elo entre novos usuários e o acesso aos produtos e serviços da Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto (BMJVS)? 3) nos últimos anos, de que forma foram utilizadas as plataformas disponíveis na instituição? No favorecimento do acesso democrático, a promoção da BMJVS tem-se diversificado produtos e serviços, para tanto, organizou, patrocinou e efetivou 20 ações, tais como: reformulação do catálogo; criação de bases de dados; consolidação do catálogo de legislação; Jornal Espaço PGE-RJ; identificação de coleções especiais; matérias no site institucional; presença nas redes sociais; produção acadêmica; participação na organização da galeria de Memória PGE-RJ; participação no documentário Memória PGE-RJ; documentário sobre a história da BMJVS; Projeto Leitura (FIA); participação no projeto Tour PGE-RJ; participação ativa no GIDJ/RJ; participação no Grupo de Discussão em Coleções Especiais; participação no projeto de pesquisa "A eloquência dos livros" (UNIRIO).

Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGB/UNIRIO) e Especialista em Jornalismo Cultural pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCS/UERJ). Bibliotecário do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (CEJUR/PGE-RJ). Integra a diretoria do Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro (GIDJ/RJ), onde também coordena o Grupo de Discussão em Coleções Especiais Jurídicas (GDCEJ).

37

O quadro sinóptico aponta que das 20 ações de promoção e divulgação, implementadas pela BMJVS, 15 também são direcionadas ao público externo, fato que ajuda a democratizar o uso e acesso à unidade pela comunidade de estudantes, demais pesquisadores e profissionais do Direito. Programas e projetos desenvolvidos pela PGE-RJ demonstram reflexos positivos no acréscimo de novos usuários, o que pode ser visto como um círculo virtuoso na instituição. Entendendo o momento de crescimento institucional, a BMJVS realiza esforços e estratégias para alcançar o maior número de usuários, estando sempre à disposição da comunidade para o acesso democrático.

(RE) ELABORANDO A PESQUISA JURÍDICA

Maria Aparecida de Assis Marks

O bibliotecário jurídico deve conhecer as estratégias de busca para atender o público alvo; buscar capacitação continuada e atrair os usuários pela qualidade dos serviços prestados e pela satisfação de sua clientela. Em relação ao usuário, foi ressaltada a importância de perceber o seu nível de exigência, fornecer a informação precisa, confiável, responder de acordo com a norma culta, tratar com a máxima cordialidade. Na estratégia de busca, deve-se analisar detalhadamente obras referentes ao tema; navegar no material bibliográfico para identificar sinônimos e termos relacionados para ampliar a busca. A resposta precisa conter os registros relevantes com resultados mais específicos; ter um modelo padronizado para o encaminhamento da resposta. Além do próprio acervo, é importante atuar em colaboração com outras bibliotecas jurídicas. Inovar sempre, criando novos serviços que promovam o acervo virtual e que possam agregar valor ao serviço buscando a personalização para o usuário.

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília em 1999, possui Pós-Graduação em Direito Administrativo com ênfase em Gestão Pública. Atualmente é Diretora da Biblioteca do Conselho da Justiça Federal (CJF). Participa da Diretoria do Conselho Regional de Biblioteconomia da 1ª Região, e como Vice-Coordenadora do Grupo de Trabalho de Informação e Documentação Jurídicas do Distrito Federal (GIDJ-DF). As áreas de interesse são métodos e técnicas de pesquisa jurídica e de usabilidade em produtos e serviços digitais.

SISTEMA INTEGRADO DE NORMAS JURÍDICAS DO DISTRITO FEDERAL (SINJ-DF) E A CONTRIBUIÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E DO NÚCLEO DE GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIADO DISTRITO FEDERAL

Cristiany Ferreira Borges

O objetivo do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ-DF) é registrar, controlar, indexar e disseminar a legislação emanada pelo Executivo e Legislativo local, além dos atos administrativos gerados pelos órgãos do Distrito Federal. As funcionalidades do SINJ-DF são: acompanhamento dos atos normativos do DF com a respectiva evolução histórica; elaboração de pesquisa com argumentos diversificados; disponibilização do texto integral das normas; integração das bases dos órgãos partícipes; anotação das ADI's, de acordo com as informações do *site* do TJDF; pesquisa textual em texto integral da norma, inclusive a busca por atos de Pessoal; disponibilização da coleção completa dos DODFs, de 1960 a 2001;

Especialista em Gestão do Conhecimento, da Informação e da Documentação - Instituto Blaise Pascal (2010). Graduada em Biblioteconomia - UnB (2003). Gerente da Biblioteca Jurídica Onofre Gontijo Mendes, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Membro do Comitê Gestor do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF e do Subcomitê de Indexação do SINJ-DF. Primeira Secretária da Coordenadoria do Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Distrito Federal - GIDJ/DF.

40

digitalização, tratamento e inclusão realizada pela Biblioteca do TCDF; histórico da norma (VIDES); e status da norma expresso no sistema acompanha sua evolução. Os recursos tecnológicos utilizados englobam banco de dados textual – LightBase (Postgresql, Elasticsearch, OCR (tesseract)); Repositório de Documentos – GoldenDoc; Gerenciamento de Indexação – GoldenIndex; Gerenciamento de Acesso – Golden Access.

41

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS PORTARIAS DO GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE

Edilenice Passos

A organização da informação legislativa em forma de consolidação está prevista na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A base teórica incluiu conhecimentos da área de Saúde, Direito, Ciência da Informação e Informática. Para a realização do projeto foram definidos cinco passos: 1) coleta dos dados na base de dados Saudelegis, mantida pelo Ministério da Saúde e a varredura no Diário Oficial da União, de 1990 a 2017, para a confirmação da consistência dos dados da mencionada base de dados; 2) seleção das normas consolidáveis, ou seja, aquelas de caráter normativo e genéricas; 3) cadastro das normas consolidáveis (metadados e conteúdo) no sistema especialmente desenvolvido para o processo de consolidação; 4) compilação das normas estabelecendo as relações entre normas e as remissões internas e externas; 5) a consolidação propriamente dita, com a sua publicação no Diário Oficial da União. O processo foi iniciado com a avaliação de mais de 17 mil normas, foram selecionadas 700 com caráter consolidável que foram transformadas em seis Portarias de Consolidação.

Mestre em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília. Editora do periódico Cadernos de Informação Jurídica.

42

CRITÉRIOS PARA AQUISIÇÃO DE BASES DE DADOS JURÍDICAS NA PERSPECTIVA DOS TRTS

Anastácia Freitas de Oliveira

Os 13 tribunais regionais do trabalho contratam bases dados, possuem acervo híbrido e algumas vezes, o mesmo item é adquirido em formato impresso e eletrônico. No processo de desenvolvimento de coleções, muitos aspectos utilizados na avaliação do item impresso pode também ser utilizado para o item eletrônico, mas esses últimos possuem peculiaridades que também devem ser analisadas. O Conteúdo deve ter precisão, imparcialidade, cobertura, autoridade, atualidade e nível aceitável de utilização. As funcionalidades precisam incluir mecanismos de busca, envio de arquivos por correio eletrônico, permitir o download e possuir metadados interoperáveis. Quanto ao suporte, o fornecedor tem a obrigação de prover treinamentos, trials, customização com a identidade da biblioteca e estatísticas. Os aspectos contratuais precisam ter cláusulas de rescisão, de reembolso e de limite de reajuste de preços. Além desses aspectos, devem garantir os direitos do autor, preservação, usabilidade e acessibilidade. Por fim, pontua que o fornecedor deve se adequar às necessidades do mercado e que o bibliotecário tem papel fundamental no processo de aquisição e negociação.

É bibliotecária no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Mestranda em Ciência da Informação na Universidade de Brasília. Tem experiência em indexação e resumos de artigos jurídicos; editoração de revista eletrônica e desenvolvimento de coleções em bibliotecas digitais.

REUNIÃO DOS GRUPOS JURÍDICOS

Os Grupos Jurídicos (GIDJs) do Distrito Federal, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram suas ações realizadas desde 2017, ano da última reunião dos Grupos Jurídicos durante o 5º SNDIJ, em Fortaleza (CE), até 2019. Da mesma forma, expuseram seus planos, projetos e desafios para o próximo biênio.

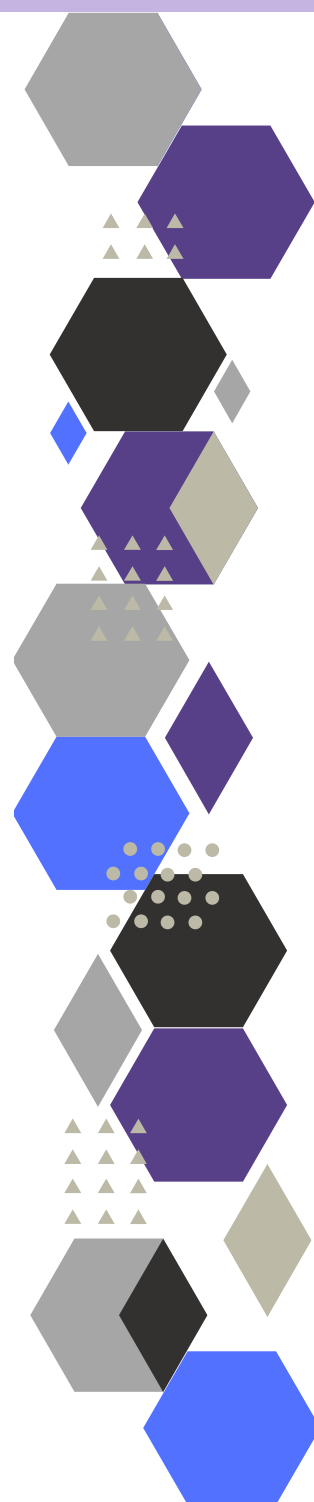
Foram identificadas ações que podem ser realizadas de forma conjunta, pois favorecem aos bibliotecários jurídicos brasileiros. Entre os projetos, destacam-se: criação do Modelo de requisitos para bases de dados de doutrina; preparação do Código de Ética e intercâmbio de cursos oferecidos por membros dos GIDJs.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas vem adquirindo consistência, regularidade e maturidade. O número de participantes se mantém constante, sempre entre 100 e 120 profissionais. O desafio é aumentar esse número, atrair profissionais recentemente ingressados na área jurídica e até mesmo estudantes de Biblioteconomia para que possam ter a oportunidade de conhecer a Biblioteconomia Jurídica.

A realização do SNDIJ em diferentes unidades da Federação permite que a diversidade de público. As palestras, trabalhos orais e pôsteres focaram tanto o relato de experiência quanto os aspectos teóricos. Os primeiros permitem a reprodução da experiência alheia, que atua como motivador e inspirador, em outras bibliotecas. Os aspectos teóricos garantem o desenvolvimento da Biblioteconomia Jurídica como ciência. Ademais, ficou demonstrado o interesse dos profissionais em aspectos modernos, como a nova Lei Geral de Proteção de Dados, novo nicho profissional para os bibliotecários jurídicos atuarem.



SUGESTÕES DOS PARTICIPANTES

- Realização do Seminário independente do CBBB para que houvesse maior aproveitamento das palestras do evento como um todo;
- Levantamento do número de bibliotecários jurídicos em cada unidade da Federação durante a eleição para os CRBs, que é obrigatória. Para que se pudesse levantar realmente o número de bibliotecários atuantes na área e fortalecer a classe, visto que é muito difícil mapear estes dados;
- Favorecimento da interação entre os GIDJs, realizando, por exemplo, a troca de profissionais nas capacitações e a construção em conjunto de dados.

Comissão organizadora local



Da direita para esquerda: Ida Lucia Silva de Almeida, Kênia Aparecida Limas dos Santos de Oliveira, **Rubeniki Fernandes de Limas** (Presidente), Joana D'arc Masioli, Aneti Maria de Barros

Em síntese, é este o relato das principais atividades sobre o evento.

Ao conhecimento dos membros da Comissão Organizadora e demais participantes do 6º SNDIJ.

Vitória, 03 de outubro de 2019.

Ana Paula de Rezende
Relatora do Evento

Rubeniki Fernandes de Limas
Presidente da Comissão Organizadora

Patrocinadores



A Comissão Organizadora agradece aos patrocinadores do 6º SNDIJ:

- VLex – informação jurídica inteligente
- Infolegis – pesquisa jurídica no Brasil
- Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo

Material de divulgação



Vitória (ES), 1 a 4 de outubro

Desigualdade e Democracia: qual é o papel das bibliotecas jurídicas?



Evento paralelo CEBBDV2019



2 e 3 de outubro 2019



COLOQUE NA AGENDA



Vitória, ES



Nós vamos e você?

Eu vou...

Eu vou...



Naja Barros de Melo,
bibliotecária do STF



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019



Eu vou...



Solange Jacinto,
Bibliotecária do STF



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019



Eu vou...



Leonide Maria Brito Mendes,
Bibliotecária do TJMA, Presidente do
CRB13



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019



Eu vou...



Iza Antunes,
Bibliotecária e Diretora de Formação
Política e Profissional da Febab.



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019



Eu vou...



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019



Adriana Macedo,
Bibliotecária do Ministério da Justiça e
Segurança Pública.

Eu vou...



Anátacia Freitas de Oliveira,
Bibliotecária



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019



Eu vou...



Eu vou...



Kevia Santos
Bibliotecária da UFES e Diretora da
Biblioteca Setorial do CEUNES.

1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019

Eu vou...



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

Lorena Neiza Ferreira Silva
Bibliotecária

CBBB 2019



EU VOU...



CBBB 2019

RONALDO VIEIRA

Bibliotecário do STJ
Coordenador do GIDJ-DF

EU VOU...



CBBB 2019

RUBENIKI FERNANDES

Bibliotecário do MPF-ES
Presidente da Comissão Organizadora
do 6º SNDIJ



Eu vou...



Edilene Passos,
bibliotecária jurídica e
autora de livros

1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019

Eu vou...



Maria Lúcia Rolim
Coordenadora do GIDJ/SP
Bibliotecária consultora jurídica.

1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

CBBB 2019



Eu vou...

EU VOU...



CBBB 2019

THIAGO CIRNE

Bibliotecário da PGE-RJ e curador de coleções especiais jurídicas.



Eliane Jovanovich

Bibliotecária com mais de 10 anos dedicados à área jurídica.

Eu vou...



1º a 4 de outubro de 2019
Vitória (ES)

D 2019



A COMISSÃO ORGANIZADORA AGRADECE A

Todos os bibliotecários que participaram da campanha Eu vou...